

Identidade Cultural como Desafio de Governança Colaborativa: A Experiência da Lavagem do Bonfim

CULTURAL IDENTITY AS A CHALLENGE FOR COLLABORATIVE GOVERNANCE: THE LAVAGEM DO BONFIM EXPERIENCE

Aétio Barbosa Almeida Filho ¹, Eduardo Paes Barreto Davel ²

ESTE caso para ensino busca gerar aprendizagem sobre: (a) como a governança colaborativa contribui na realização de festas populares; (b) a importância da identidade cultural em festas populares; e (c) como a identidade cultural contribui na governança de festas populares. A trama do caso gira em torno do secretário de cultura do município que criou um comitê consultivo com representações ligadas à festa a fim de tentar minimizar tensões e críticas existentes. A experiência do comitê apontou a necessidade de diversas melhorias. Porém, exacerbou conflitos, ocasionando o desengajamento de um integrante central da festa. O secretário percebe que não é simples lidar com as diferentes reivindicações, com o desequilíbrio de múltiplos interesses e com as críticas sobre a identidade da festa. Por questões éticas e educacionais, o caso é escrito com personagens e situações fictícias, contudo, são verossímeis e plausíveis, se apoiando em informações oriundas de pesquisa empírica. A metodologia de pesquisa foi de caráter indutivo e exploratório, baseada em documentos e entrevistas.

Palavras-chave: Governança colaborativa; Identidade cultural; Festas populares; Lavagem do Bonfim.

This teaching case aims to generate learning about: (a) how collaborative governance contributes to popular festivals; (b) the importance of cultural identity in popular festivals; and (c) how cultural identity contributes to the governance of popular festivals. The plot of the case revolves around the municipality's culture secretary who created an advisory committee with representatives linked to the festival in order to try to minimize existing tensions and criticisms. The committee's experience pointed to the need for various improvements. However, it has exacerbated conflicts, leading to the disengagement of a central member of the festival. The secretary realizes that it is not easy to deal with the different demands, the imbalance of multiple interests and the criticism of the festival's identity. For ethical and educational reasons, the case is written with fictional characters and situations, but they are believable and plausible, based on information from empirical research. The research methodology was inductive and exploratory, based on documents and interviews.

Keywords: Collaborative governance; Cultural identity; Popular festivals; Lavagem do Bonfim.

Autor para correspondência: Aétio Barbosa Almeida Filho.

E-mail: aetiofilho.prod@gmail.com

Declaração de Interesses: Os autores certificam que não têm nenhum interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em conexão com o manuscrito.

¹ Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, NPGA, Bahia, Brasil. <https://orcid.org/0009-0002-5511-6230>

² Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, NPGA, Bahia, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0610-6474>

A FESTA DO BONFIM

A Lavagem do Bonfim: festa popular, turismo e economia cultural

A Lavagem das escadarias da Igreja do Bonfim é uma festa popular tradicional de Salvador, capital do estado da Bahia e primeira capital do Brasil. Acontece na quinta-feira que antecede o segundo domingo após o Dia de Reis, no mês de janeiro. Neste período também ocorre o novenário solene e exposição do Santíssimo Sacramento, interrompido apenas no dia da Lavagem, quando ocorre o cortejo entre a Igreja da Conceição da Praia e a Igreja do Bonfim. A festa já acontece há quase 300 anos e movimenta economicamente a cidade e região. Aspectos históricos e culturais de Salvador foram herdados pela miscigenação de grupos étnicos africanos, europeus e indígenas. Salvador é considerada o centro da cultura afro-brasileira em função da forte influência africana. Essa influência é marcada nos hábitos, na culinária, nas expressões artísticas e na religião. Salvador é a cidade com o maior número de descendentes de africanos no mundo, majoritariamente de origem iorubá, vindos da Nigéria, Togo, Benim e Gana (Verger, 1987).

A origem da festa começa com a construção da igreja e da chegada da imagem de Nosso Senhor do Bonfim, que foi trazida de Portugal no século XVIII. Com milagres atribuídos ao Senhor do Bonfim, a devoção popular se fortaleceu e foi estabelecida a Devoção do Senhor do Bonfim, uma entidade da sociedade civil ligada à Igreja Católica e formada principalmente por membros da elite de produção de cana-de-açúcar, tão próspera na capital e região do recôncavo naquele período. A Lavagem tem início no final do século XVIII com os escravizados que eram obrigados a lavar e ornar a igreja para a missa que acontece no final da novena em louvor ao Senhor do Bonfim (IPHAN, 2013).

Historicamente, o período de festejos católicos mobilizava toda a comunidade e além dos ritos sacros a festa também contava com apresentações de filarmônicas, rodas de samba, atabaques e outros tipos de manifestações populares. Pouco tempo depois os escravos adeptos ao candomblé incluíram o festejo dentro dos seus rituais. Com base no sincretismo religioso, associava-se a figura do santo à Oxalá, divindade de matriz africana (Santana, 2011). Toda a exuberância não foi vista com bons olhos pelas autoridades civis e religiosas católicas. A arquidiocese proibiu a lavagem dentro da igreja e a partir daí a lavagem acontece no lado fora, nas escadarias do adro da igreja e dessa forma a festa se popularizou ainda mais, atraindo diversas manifestações culturais como filarmônicas, afoxés, grupos com atabaques, rodas de capoeira, samba, além de representações sociais e políticas, fazendo da lavagem uma grande celebração que reúne toda a população e atrai diversos turistas até os dias atuais.

Mesmo com essa profusão de elementos, a “Lavagem” como conhecemos nos dias atuais permanece ligada à imagem da baiana. Foi do ofício da “lavar” (Ott, 1969), imposto à figura da mulher negra escravizada, que a quinta-feira se dissociou dos festejos católicos e ressignificou a festa até a contemporaneidade. Difícil pensar na lavagem sem lembrar da imagem das baianas com seus adornos, jarros com “água de cheiro” e vassouras.

A festa e seus atores sociais

Assim como a maioria das festas populares, a Lavagem do Bonfim se estruturou através de diversas expressões sociais. Criada a partir de manifestações religiosas católicas, a festa foi incorporando elementos inter-religiosos como o candomblé, assim como a participação de diversos grupos artísticos como afoxés e grupos de samba-de-roda. Também se somam as representações sindicais e políticos de expressão local e nacional que aproveitam a visibilidade da ocasião para propagar pautas e testar popularidade. São milhares de pessoas que se vestem de branco e percorrem o trajeto em direção à igreja. Seja pela fé ou seja pela festa em si, a grande participação dá vida à festa. É esse significativo cortejo que dá forma e movimento: um desfile quase que ininterrupto por um percurso de quase 8 km que percorre diversos bairros de uma região histórica da cidade. Por outro lado, estruturas e ordenamentos públicos foram necessários na medida em que a festa vai crescendo e se tornando a maior festa popular da Bahia, depois do Carnaval de Salvador (Ministério da Cultura, 2025).

Com esse crescimento, diversos desafios de gestão aparecem. A estrutura e os recursos para a realização do evento aumentam a cada edição, havendo necessidade de patrocínios externos. Nesse processo, a prefeitura é acusada de descaracterizar a tradicional festa. Por exemplo, dentro da festa popular, as festas “fechadas” (privadas, com venda de entradas e programação própria) se multiplicaram nos últimos anos, atraindo um público jovem de classe média, que prefere esse tipo de formato a participar da festa nas ruas. Essa forma de entretenimento só é acessível para quem tem alto poder aquisitivo, preferindo assistir a festa do alto, em confortáveis espaços onde os pagantes podem dispor de uma série de confortos (por exemplo: espaços climatizados, shows privados além de acesso livre a comida e bebida). Além das polêmicas sobre cessão do espaço público para empresas privadas, os críticos argumentam que esse tipo de evento afasta gerações mais jovens da participação popular na festa e realça a grande desigualdade social presente na cidade.

A necessidade de lidar com as críticas e polêmicas em torno do patrocínio privado motivou o prefeito a propor ao secretário de cultura e turismo a criação de um comitê consultivo, integrando os diversos grupos que participavam tradicionalmente na organização da festa. Além disso, a renovação do título também está em risco. A Festa do Bonfim recebeu em 2013 o título de Patrimônio Imaterial Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse título será renovado (ou não), logo após a realização da festa. Um patrocínio foi fechado com uma grande cervejaria e o prefeito queria que a próxima edição fosse um marco no histórico da festa. Pois, consequentemente, poderia se tornar uma marca de sua gestão recém iniciada.

Reunião 1 (pré-produção): Os conflitos se evidenciam

O clima antes de começar a primeira reunião parecia descontraído. O secretário de cultura e turismo estava satisfeito com o quórum da reunião. Foram convidados a participar da comissão representantes das secretarias da prefeitura responsáveis pela infraestrutura necessária para a festa, como ordenamento, mobilidade, limpeza urbana e saúde. Além disso, também foram convidados representantes da Polícia Militar. Estavam presentes também José de Deus (representante da igreja do Bonfim), Ana Baiana (representante de

uma associação de baianas de acarajé), João Preto (músico conhecido) e representante de um tradicional afoxé da cidade, além de um representante do IPHAN (especialmente convidado a participar do comitê da festa em função da renovação do título de patrimônio imaterial que foi concedido a Festa do Bonfim alguns anos antes).

O secretário de cultura iniciou a reunião explicando para os presentes os planos da prefeitura para a próxima edição.

SECRETÁRIO: Como muitos de vocês já sabem, estamos próximos da renovação do título da Lavagem do Bonfim como patrimônio imaterial e a prefeitura quer realizar uma edição memorável. Como vocês já sabem, a prefeitura não possui recursos suficientes para pagar todo o efetivo para a realização da festa. Já fechamos patrocínio com uma cervejaria e, desta forma, vamos garantir o subsídio para a realização da festa. Mas, queremos ir além. Gostaríamos de escutar vocês, representações importantes para a festa. Por isso, convidamos vocês para participarem deste comitê. O comitê da Festa do Bonfim! Sei que a maioria já se conhece, mas temos além dos funcionários das secretarias, representantes da igreja católica, das baianas, do pessoal da música... É muito bom ter essa diversidade aqui.

JOSÉ DE DEUS: A devoção é a responsável por toda a manutenção do santuário do Senhor do Bonfim. Nós mantemos o santuário o ano todo. Não se pode esquecer que a *Lavagem* ocorre em apenas um dia. Faz parte de uma novena inteira de comemorações. Nós entendemos e respeitamos toda a folia do povo com a festa. Entretanto, para nós, toda a novena é importante. Não só o dia da *Lavagem*. Vale lembrar que a Devoção sempre custeou as despesas com a festa até 10 anos atrás.

ANA BAIANA: A gente nunca teve voz. Nós fazemos articulação da Associação com mais de 300 baianas proveniente de mais de 10 terreiros de candomblé para participar da lavagem. Já foi tão bonito. Recebíamos ajuda uns anos atrás. Vocês sabem quanto custa para uma baiana ir para a festa? Tem que “engomar” a roupa, tem o transporte, tem o jarro, a água de cheiro, a vassoura... Sem ajuda, a presença das baianas foi se esvaziando ao longo dos anos. Muitas querem ir, mas não tem dinheiro. Sem falar na falta de organização na saída do cortejo... Vocês fazem o culto com os políticos e saem na hora que querem. Cada ano é um horário diferente. Muitas vezes, quando a baiana chega, o cortejo já saiu. Sobre esse título de patrimônio, também tenho que falar. Nós, baianas, nem fomos consultadas. Quando fui ver o dossiê do IPHAN, tinha uma baiana na foto da capa. Adivinha quem era a baiana da foto? Eu! Eu estou na capa de um dossiê que nem me consultaram!

JOSÉ DE DEUS: Nós, da devoção, tivemos atuamos firme no processo de tornar a festa patrimônio. Documentos, tempo, trabalho. Foi muito trabalho! O que não é justo é termos que escutar que não consultamos ninguém quando, quem investiu muito tempo e trabalho foram nós.

JOÃO PRETO: Não ajudamos porque não fomos comunicados. Esse título é importante para todos nós ligados à festa. Vocês começam o desfile e não sabem o perrengue que a gente passa. Tem muita falta de organização durante desfile. Não tem horário certo de saída de cada um, nem ordem das atrações, acompanhamento durante o percurso... é tanta coisa. Há falta de ornamentação do trajeto. A lavagem não é só lá na igreja. A

Lavagem também é samba, é feijoada, é capoeira no Mercado Modelo, é cachaça na Feira de São Joaquim... A lavagem é o povo! Sempre achei isso, mas não tinha como falar.

Ao final da reunião o secretário sabia que tinha um desafio pela frente. Por isso, achou importante ouvir tantos aspectos diferentes sobre a festa.

Reunião 2 (pré-produção): Os conflitos se exacerbam

O secretário solicitou que seus assessores preparassem uma apresentação de slides sobre o formato da próxima edição da festa. Esses slides seriam apresentados nessa reunião, fornecendo estatísticas e quantitativos para transmitir mais segurança sobre a visão da prefeitura referente a festa. O objetivo era tentar dissipar o mal-estar que ficou no último encontro do conselho consultivo. Na medida em que passava os slides, o secretário explicava algumas questões.

SECRETÁRIO: Confirmamos nossa estrutura para a próxima edição. Cada secretaria nos passou os números e quadro de efetivo. Em termos de mobilidade, além da alteração de trânsito nas vias que dão acesso ao percurso, transporte público de 18 ônibus extras e horários especiais para 19 linhas. Já preparamos o esquema de ordenamento do comércio ambulante (cadastramento e fiscalização), com 50 fiscais. Providenciamos reforço de iluminação pública e fiscalização da poluição sonora para o dia da festa. A Secretaria Municipal de Saúde irá fornecer um módulo assistencial com 6 leitos, 2 médicos, 2 enfermeiros, 3 técnicos de enfermagem e uma ambulância do SAMU. No que tange limpeza pública, serão 600 agentes de limpeza, 372 sanitários químicos, 16 compactadores e 5 caminhões pipa. A segurança pública será garantida através de 20 postos, 4 bases móveis, um carro-presídio, 200 patrulhas, 1.500 policiais, 127 bombeiros, 3 bases de bombeiros...

JOÃO PRETO: Secretário, haverá algum edital com recurso para as entidades culturais? Nosso afoxé até conseguiu cobrir os custos para desfilar na lavagem, pois temos associados que pagam regularmente. Mas, não é fácil. Muitos grupos menores enfrentam muita dificuldade para conseguir os recursos.

SECRETÁRIO: Infelizmente, não, João. Os recursos captados pelo patrocínio só cobrem os custos extras que a prefeitura tem com a festa. Entretanto, é uma boa ideia para tentarmos pôr em prática no próximo ano. Gostaria de aproveitar para falarmos da renovação do título de patrimônio imaterial pelo IPHAN. Temos aqui um representante do IPHAN que foi convidado para explicar a todos como...

ANA BAIANA: Secretário, desculpe te interromper. Tenho uma pergunta. Vai ter ajuda de custo para as baianas?

JOSÉ DE DEUS: Todo mundo agora quer dinheiro...

SECRETÁRIO: Infelizmente também não terá, Ana. Como disse, conseguimos recursos para os custos da festa. Mas, vou anotar esse ponto. Quem sabe não fazemos um edital específico para as baianas no próximo ano?

ANA BAIANA: Desculpe secretário. Queremos respeito, isso sim. Estou nessa comissão ouvindo vocês falarem em patrocínio, recursos e um bocado de números. Mas, nada para as baianas? Vocês preparam tudo pensando somente nos seus interesses. A cada ano,

menos baianas comparecem na festa, por falta de condições básicas. Não tem mais transporte, não tem nenhuma ajuda! Vamos porque amamos a festa! Mas, não é justo! Para que nos chamam aqui, então? Se depender da associação, nenhuma baiana irá participar esse ano! Não contem com a gente para a renovação da festa como patrimônio!

Ana Baiana saiu da sala com passos fortes, mostrando todo seu descontentamento. A sala ficou em silêncio desconcertante. A reunião foi encerrada, depois disso.

Reunião 3 (pré-produção): Os conflitos se acalmam

No início da reunião, o secretário informou que a associação das baianas de acarajé comunicou formalmente seu desligamento do comitê.

SECRETÁRIO: Infelizmente, essa notícia nos entristece. Esperamos que a associação das baianas reconsidere esse posicionamento. Este fato nos relembra sobre a importância do diálogo aqui no comitê. Entretanto, com ou sem baianas, teremos que realizar a festa como todos os anos.

Essa terceira reunião do comitê da festa foi mais amena. O foco recaiu nas questões práticas. O horário de saída do cortejo foi alinhado entre os membros. Ficou combinado um ato inter-religioso antes da saída do cortejo, de forma a contemplar outras matrizes religiosas. Foi estabelecida uma fiscalização na ordem de saída dos grupos artísticos. O secretário se comprometeu em obter recursos para um edital específico para festa no ano seguinte. Não havia recursos e tempo hábil para isso, nesta edição da festa.

Reunião 4 (pós-produção): Os conflitos que geraram prejuízos

A reunião de avaliação da festa foi bem esvaziada. Além do secretário de cultura e turismo, tinham representantes das outras secretarias, como se fosse uma reunião interna. Alguns membros alegaram falta de agenda devido a demanda de suas organizações. Como o secretário não podia mais esperar, a reunião ocorreu pois tinham informações que precisavam ser transmitidas para patrocinador e para o prefeito.

Em termos absolutos a festa tinha sido um sucesso. Houve uma grande participação popular na festa. A Polícia Militar estimou um público maior do que na última edição. Não houve nenhuma grande ocorrência de violência a não ser os casos corriqueiros numa aglomeração deste porte. O esquema especial de transporte funcionou bem, não havendo nenhum grande ponto de congestionamento em função da festa. O início do cortejo aconteceu pontualmente conforme estabelecido. Um ato ecumênico foi realizado e a imagem do Senhor do Bonfim seguiu até a igreja.

A Lavagem do Bonfim aconteceu de forma plena a não ser pela ausência das baianas no cortejo. Foi um grande estranhamento. A exclusividade de imagem e de produtos da cervejaria patrocinadora causou um descontentamento por parte do folião da festa. A marca não agrada boa parte dos consumidores, que buscaram em comércios informais, fora do circuito da festa, outras marcas de cerveja. Além disso, a cor laranja predominante nas caixas térmicas dos ambulantes cadastrados foi criticada em oposição à ausência das baianas. Um jornal local publicou uma matéria, após a festa, com o título “Do branco ao

laranja: a descaracterização da Lavagem do Bonfim”, questionando a efetividade de grandes patrocínios em festas populares.

O secretário sabia que teria muito o que pensar para propor melhorias para a festa do ano seguinte. Se, por um lado, os recursos captados via patrocínio tinham viabilizado a estrutura da festa, por outro lado, causou críticas que teria que lidar ao longo do ano. Com efeito, o comitê da festa se mostrou uma boa ferramenta para aglutinar diversas visões e necessidades. Porém, os conflitos dentro do comitê geraram a ausência de um elemento fundamental na identificação da festa.

NOTAS DE ENSINO

Sinopse

A Lavagem do Bonfim é uma festa popular tradicional que ocorre anualmente em Salvador (Bahia) e atrai muitos turistas para a cidade. Após muitas avaliações que criticam as últimas gestões de descaracterizar a festa, além de um pedido do prefeito, o secretário de cultura e turismo do município criou um comitê consultivo com representações ligadas à festa para tentar lidar com as tensões. Embora a experiência do comitê tenha apontado a necessidade de diversas melhorias, também exacerbou conflitos pré-existentes, ocasionando o desengajamento de um integrante central da festa. O secretário percebe que não é simples lidar com as diferentes reivindicações, com os múltiplos interesses e com as críticas sobre a identidade da festa.

Objetivos Educacionais

O público-alvo do caso é variado, incluindo gestores culturais, gestores públicos, gestores sociais e outros representantes responsáveis pela realização de eventos culturais.

O objetivo geral do caso é gerar aprendizagem sobre governança e identidade na realização de festas populares. A partir do caso, pretende-se:

- Entender como a governança colaborativa contribui na realização de festas populares.
- Refletir sobre a importância da identidade cultural em festas populares.
- Discutir como a identidade cultural contribui na governança de festas populares.

Fonte de Informações

O caso é escrito com personagens e situações fictícias. Todavia, se apoia em dados da realidade empírica. A Festa do Bonfim bem como seu histórico e dados apresentados no caso são reais. Personagens, situações, falas e posicionamentos são fictícios, apresentados somente a título educacional.

O estudo pauta-se por uma metodologia de pesquisa de caráter indutivo e exploratório, baseada em documentos (produções acadêmicas, relatórios, artigos de imprensa e fotos) e entrevistas. Foram realizadas 6 entrevistas semiestruturadas junto a responsáveis pela governança da Lavagem do Bonfim em Salvador (Bahia), incluindo gestores públicos e

representantes de organizações culturais e religiosas. Os roteiros de entrevista focaram nas questões que orientam a governança da festa e do processo de identidade cultural. As entrevistas tiveram, em média, uma hora de duração.

A análise de narrativa do material empírico (Maitlis, 2012) se concentrou em elaborar narrativas e temas para entender: (a) o sistema vigente de governança da Lavagem do Bonfim, bem como suas principais carências, (b) o processo de identidade cultural subjacente à festa popular e (c) sua relação no sistema de governança da festa. A análise foi complementada e refinada pela consideração da experiência (mais de 5 anos) do primeiro autor na produção de eventos artísticos em festas populares de Salvador (Bahia), principalmente na Lavagem do Bonfim e no Carnaval.

Uso Pedagógico

Para a aplicação do caso para ensino, sugere-se como atividade pedagógica, a seguinte sequência de ações que demandará, no mínimo, duas aulas de 50 minutos.

Etapa 1: Preparação analítica

Leitura prévia dos textos teóricos que fundamentarão a análise do caso: Davel e Dantas (2019), Cabral, Krane e Dantas (2013), Almeida Filho e Davel (2024), Woodward (2014) e Davel, Santos e Dantas (2016)

Etapa 2: *Governança colaborativa de festas populares*

- Divisão da sala em quatro grupos.
- Leitura do caso pela turma. Cada grupo escolherá um membro para fazer a leitura do caso em sala de aula. Para fazer essa leitura, cada grupo assumirá um personagem do caso: secretário de cultura e turismo, José de Deus (representante da igreja do Bonfim), Ana Baiana (representante de uma associação de baianas de acarajé) e João Preto (representante de um afoxé).
- Discussão em grupo de resposta para a questão #1.
- Apresentação e discussão das respostas que cada grupo elaborará para a questão #1.

Etapa 3: *Identidade cultural na governança colaborativa*

Discussão em grupo de resposta para a questão #2 e questão #3.

- Apresentação e discussão das respostas que cada grupo elaborará para a questão #2.
- Apresentação e discussão das respostas que cada grupo elaborará para a questão #3.

Como atividade complementar, o professor poderá solicitar que cada grupo assuma o papel do secretário de cultura e elabore um plano de ação para a próxima edição da festa,

contendo estratégias de superação dos desafios e de potencialização das oportunidades identificadas. Esse plano pode ser apresentado e discutido em sala de aula.

Questões para Discussão

1. Com base em Davel e Dantas (2019), Cabral, Krane e Dantas (2013) e Almeida Filho e Davel (2024), como a governança colaborativa poderia contribuir na realização da Lavagem do Bonfim?
2. Com base em Woodward (2014), qual é a importância da identidade cultural na Lavagem do Bonfim?
3. Com base em Davel, Santos e Dantas (2016) e Cabral, Krane e Dantas (2013), como a identidade cultural contribui na governança da Lavagem do Bonfim?

Análise e Discussão do Caso

Questão #1

A governança colaborativa é definida como um tipo de governança que envolve diversos agentes (públicos, privados, sociedade civil organizada, etc.) em discussões de caráter público para tomar decisões coletivas baseadas no consenso, buscando deliberar, criar, implementar e/ou administrar políticas públicas (Ansell; Gash, 2008). Por outro lado, festas populares não podem ser geridas como outras festas pois sua estrutura organizativa é coletiva e não individual como acontece em eventos e projetos culturais (Davel; Dantas, 2019). Portanto, pode-se dizer que o conceito de governança colaborativa pode ser aplicado a festas populares na medida em que envolve diversos agentes numa estrutura organizativa coletiva.

Todavia, o conceito de governança colaborativa além de incluir esses diversos agentes governamentais e não governamentais também especifica as discussões de caráter público na tomada de decisões baseadas em consenso. Os critérios estabelecidos dentro da definição da governança colaborativa são: (a) o fórum é inicializado por instituições públicas (Connick; Innes, 2003); (b) os participantes incluem partes interessadas não governamentais; (c) os participantes se envolvem diretamente nas tomadas de decisão e não meramente “consultados” pelos órgãos públicos; (d) o fórum é organizado formalmente (Padilla; Daigle, 1998) e se reúne coletivamente; (e) o fórum mira na tomada de decisões por consenso (mesmo que o consenso não seja alcançado) e (f) foco na colaboração em políticas públicas e gerenciamento público (resultados) (Ansell; Gash, 2008). Como o objetivo principal é, por meio uma frente unificada de diversos interesses que diagnosticam e abordam coletivamente as deficiências, desenvolver um conjunto de soluções orientadas para problemas com benefícios sustentáveis (Gash, 2016).

O sistema de governança de festas populares (TGPop) proposto por Almeida Filho e Davel (2024) adapta os elementos da governança colaborativa de quatro maneiras. Primeiro, consideram a composição organizativa coletiva e heterogênea das festas populares. Segundo, situam a colaboração como ferramenta de práticas. Terceiro, propõem as

identidades associadas a festa como bússola na implementação e tomadas de decisões. Quarto, consideram o conflito como elemento cognitivo através de método dialógico de gestão de conflitos.

Nesse sentido, a governança colaborativa prevê duas vantagens. Primeiro, ao colocar a colaboração como ferramenta de boas práticas, o foco se concentra no objetivo comum de realizar a festa da melhor maneira (desde a preparação até a avaliação). Segundo, na medida em que propõe as identidades associadas à festa como bússola na implementação e tomadas de decisões, propicia uma dinâmica que comporta todos os interesses dos agentes ligados à festa. Aproxima-se princípios de estudos de gestão com elementos intrínsecos às festas populares que, inicialmente, associam-se como inconciliáveis. Além disso, gera um ambiente fértil para criação de novas formas de solucionar problemas que não seriam possíveis se estivessem confinados somente às tomadas de decisão pelos órgãos governamentais.

A governança colaborativa contribui para realização de festas populares em mais de uma dimensão. É, sem dúvida, um modelo que contribui para a cooperação mútua e é uma fonte de inovação para processos gerenciais complexos. Requer que as partes interessadas trabalhem juntas em todos os aspectos do desenvolvimento de políticas e gestão – desde a definição do problema e planejamento até a implementação e avaliação (Gerlak; Heikkila, 2005). Contribui, também, ao equilibrar forças e interesses em processos coletivos como é a gestão de festas populares, tão múltipla e heterogênea, como são as entidades gestoras e os grupos sociais e territoriais que elas representam. Além disso, contribui ao favorecer o diálogo, pelo conhecimento da existência de visões diversas que podem coexistir, que podem também se traduzir em relações diferenciadas, contribuindo para ampliar positivamente as possibilidades de ação e transformação.

No caso estudado, pode-se identificar elementos da governança colaborativa. O comitê foi começado por iniciativa de uma instituição pública, no caso a Prefeitura, através da Secretaria de Cultura e Turismo. Somente as instituições públicas têm a capacidade e estrutura para integrar diversos agentes. Os participantes incluíram partes interessadas não governamentais. A estrutura organizativa da Festa do Bonfim possui agentes múltiplos, tanto governamentais, como secretarias municipais diversas, tanto Polícia Militar como não governamentais como a própria devoção que representa a Igreja do Bonfim e representantes de grupos culturais como a associação das baianas de acarajé e um afoxé tradicional da cidade. Entretanto, os participantes não se envolveram diretamente nas tomadas de decisão e foram sumariamente “consultados” pelos órgãos públicos (Futrell, 2003). A criação do comitê possibilitou abordar e diagnosticar coletivamente deficiências. Porém, o comitê não tinha foco em tomar decisões coletivas baseadas em consensos. Sua função se concentrou num caráter consultivo e com enfoque nos próprios interesses individuais. Por exemplo, na medida em que os conflitos (que são naturais nas relações coletivas) apareceram, causaram uma ruptura na frente que deveria estar unificada e com foco no objetivo em comum (a festa).

Questão #2

A temática sobre identidade ocupa uma centralidade em diversas discussões globais na contemporaneidade. As afirmações de identidades nacionais, étnicas, religiosas e identitárias criam atrito entre si e colocam em xeque sistemas tradicionais de

representações individuais e coletivas (Woodward, 2014). Desta forma, o conceito de identidade é considerado como polissêmico e possui uma complexidade e multiplicidade de interpretações. Pode-se, então, dizer que identidade é um processo histórico e relacional (Saquet, 2009), intencional e permanente de construção e negociação (Davel; Santos; Dantas, 2016), composto não de um único prisma, mas, de vários fractais que se somam, sobrepõem, complementam, criam oposições e contradições (Woodward, 2014). Assim, identidade seria um grande e complexo mosaico feito desses diversos elementos que criam e recriam combinações variadas e distintas. Um caleidoscópio em movimento, que modela estruturas diversas que se formam e se reorganizam ao longo do tempo e espaço (Almeida Filho, 2023).

Por outro lado, festas populares são expressões humanas que se desenvolvem no espaço público, conjugando e reafirmando os níveis materiais e simbólicos de um grupo (Santana, 2011; Guarinello, 2001). São manifestações que expressam singularidades das formas de viver de um grupo específico, num determinado tempo e espaço, traduzindo valores, crenças, relações de convívio e meios de produção coletiva (Ferretti, 2012).

Podemos entender, então, festas populares, ao mesmo tempo, como expressões da identidade de um grupo, como também como espaços de desenvolvimento dessas identidades. São “territórios afetivos” que representam, simbolicamente, embate entre diversos atores sociais, absorvendo, digerindo e transformando em pontes os opostos tidos como inconciliáveis (Amaral, 1998). A dimensão física fortalece a dimensão simbólica da existência e vice-versa.

No caso estudado, tem-se como exemplo a Lavagem do Bonfim. Enquanto fenômeno social, sua existência está ligada a um processo histórico e relacional (Cavalcanti; Gonçalves, 2008). Foram as condições históricas e relacionais que moldaram sua estrutura. Seu início teve suporte em dimensões simbólicas como o escravagismo e poder da Igreja Católica na Bahia colonial do século XVIII. Essas dimensões simbólicas se materializaram no ato de lavar o adro de uma igreja durante as comemorações sacras. Ao longo do tempo, essas dimensões simbólicas e materiais foram se estruturando e alterando de acordo com as relações sociais a ponto de a festa ser caracterizada na contemporaneidade como um ato inter-religioso, tanto sagrado como profano, composto de muitos elementos que dão forma e sentido a festa atualmente.

Para além da estrutura material da festa, sua estrutura simbólica é quem define sua natureza como expressão. Esses símbolos estão presentes nas cores, nos ritmos, nas danças, nas rezas, enfim, em todo o conjunto simbólico que liga a festa à identidade do povo baiano. Através da expressão de valores, signos e símbolos presentes nas festas populares reforça-se a identidade cultural daquele grupo. Essa singularidade, entendida como patrimônio cultural, é um grande ativo para o turismo e captação de investimentos locais.

Questão #3

Festas populares são manifestações únicas que se desenvolvem no espaço público tanto materialmente como simbolicamente. São indissociáveis do território onde ocorrem. Podem e devem ser utilizadas como ativo de desenvolvimento humano. Gestores capazes de investir na identidade cultural de uma festa popular verão um acréscimo de retorno

como atração turística e como elemento de captação de investimentos e geração de renda para os moradores daquele território. “Produtos ou serviços podem se revestir de uma identidade marcante ao ponto de se tornarem inseparáveis do território onde são produzidos e, com o passar do tempo, se consolidarem como marcas regionais e nacionais glamorosas, ganhando destaque e força no âmbito da economia internacional” (Davel; Santos; Dantas, 2016, p.3).

Nesse sentido, faz-se fundamental considerar a identidade cultural na governança de festas populares como contribuição: (a) na medida em que as identidades associadas à festa se tornam uma bússola na implementação e tomadas de decisões coletivas, propiciando uma dinâmica que comporta todos os interesses dos agentes ligados à organização da festa; (b) produtos e serviços com autenticidade local são fontes inestimáveis de reputação e reconhecimento identitário para um território. Quanto mais a identidade cultural destes produtos e serviços vai se estabelecendo, mais seu valor econômico vai se afirmando e mais os embates entre potenciais competidores vão se acirrando. Do ponto de vista estratégico é fundamental não apenas para a identidade territorial. Mas, para toda a cadeia de desenvolvimento ligada à festa.

Atendo-se ao exemplo trazido no caso, observamos que as festas populares “também são a expressão da principal característica cultural da cidade de Salvador: a sociabilidade da rua (...) uma cidade onde uma parte essencial das relações sociais, culturais, comerciais e religiosas acontece na rua.” (Davel; Dantas, 2019, p.210). Essa característica já ressalta a importância da identidade local, associada tanto à festa, quanto ao território. Mudanças abruptas de um ou mais elementos atrelados a esse conjunto de tradições e valores que não foram transformados no próprio processo histórico podem acarretar a descaracterização da festa popular sob pena de causar prejuízos sociais, culturais e econômicos. Por exemplo, a imagem e simbologia da baiana de acarajé, que sustenta a identidade cultural da festa da Lavagem do Bonfim. Consequentemente, sua ausência é percebida em diversas dimensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, A. B. **Governança colaborativa de festas populares: tecnologia social baseada na identidade cultural**. (Dissertação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

ALMEIDA FILHO, A. B.; DAVEL, E. P. B. Governança de festas populares: desafios, potencialidades e práticas. Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 32, p. e024009, 2024. DOI: 10.20396/resgate.v32i00.8673889.

AMARAL, R. **Festa à Brasileira**: Significados do Festejar, no país que “não é sério”. (Tese de Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ANSELL, C. **Collaborative Governance**. In: LEVI-FAUR, D. (ed.). *Oxford Handbook of Governance*. New York: Oxford University Press, 2012.

ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 4, p. 543–571, 2008. <https://doi.org/10.1093/jopart/mum032>.

CABRAL, S.; KRANE, D.; DANTAS, F. A dança dos Blocos, Empresários, Políticos e Técnicos: condicionantes da dinâmica de colaboração interorganizacional do carnaval de Salvador. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, p. 145-163, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302013000100010>.

CAVALCANTI, M. L. V. C. (org.); GONÇALVES, J. R. S. (org.). **As festas e os dias: ritos e sociabilidades festivas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

CONNICK, S.; INNES, J. Outcomes of collaborative water policy making: Applying complexity thinking to evaluation. **Journal of Environmental Planning and Management**, v. 46, n. 2, p.177–97, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0964056032000070987>

DAVEL, E.; SANTOS, F. P.; DANTAS, M. Identidade Cultural de Territórios como Política de Gestão. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Sauípe: ENANPAD, 2016.

DAVEL, E.; DANTAS, M. Festas Populares na Bahia: Gestão e Dinâmica Identitária. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura**, v. 9, n. 17, p. 203-224, 2019. <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v9i17.28284>.

FERRETTI, S. F.; RUBIM, L.; MIRANDA, N. (orgs.). **Estudos da Festa**. Salvador: EDUFBA, p.17-32, 2012.

FUTRELL, R. Technical adversarialism and participatory collaboration in the U.S. chemical weapons disposal program. **Science, Technology, & Human Values**, v. 28, n. 4, p. 451–482, 2003. <http://dx.doi.org/10.1177/0162243903252762>.

GASH, A. Collaborative Governance. In: ANSELL, C.; TORFING, J. (eds.). **Handbook on Theories of Governance**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2012, p.468- 481.

GUARINELLO, N. L. **Festa, trabalho e cotidiano**. In: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Eds.). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**, volume II. São Paulo: EDUSP/FAPESB/Imprensa Oficial, 2001, p. 969- 975.

HEIKKILA, T.; GERLAK, A. K. The formation of large-scale collaborative resource management institutions: Clarifying the roles of stakeholders, science, and institutions. **Policy Studies Journal**, v. 33, n. 4, p. 583–612, 2005. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1541-0072.2005.00134.x>.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê de Registro - Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim**, 2013.

MAITLIS, S. Narrative analysis. In: SYMON, G.; CASSELL, C. (Ed.). **Qualitative organizational research: core methods and current challenges**. Los Angeles: Sage Publications, 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Ministério da Cultura celebra a Lavagem do Bonfim, patrimônio imaterial da Bahia.** GOV.BR, 16 jan. 2025.

Disponível em: [https://www.gov.br/cultura/pt-](https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-cultura-celebra-a-lavagem-do-bonfim-patrimonio-imaterial-da-bahia)

[br/assuntos/noticias/ministerio-da-cultura-celebra-a-lavagem-do-bonfim-patrimonio-imaterial-da-bahia](https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-cultura-celebra-a-lavagem-do-bonfim-patrimonio-imaterial-da-bahia). Acesso em: 5 set. 2025.

OTT, C. A transformação do culto da morte da Igreja do Bonfim em santuário de fertilidade. **Revista Afro-Ásia**. V. 8-9, p. 35-39, 1969.

PADILLA, Y. C.; DAIGLE, L. E. Inter-agency collaboration in an international setting. **Administration in Social Work**, v. 22, n. 1, p. 65–81, 1998.

https://doi.org/10.1300/J147v22n01_05.

SANTANA, M. C. **Alma e festa de uma cidade**: devoção e construção da colina do Bonfim. Salvador: EDUFBA, 2011.

VERGER, P. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos**. Salvador: Ed. Corrupio, 1987.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T.; WALL, S.; WOODWARD, K. (Eds.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 7-68.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.